

## ECONOMIA/TEMA DO DIA

## INSTABILIDADE

Além das reservas cambiais, governo tem dinheiro em caixa para resgatar a dívida pública de curto prazo e, com isso, minimizar os efeitos da crise

Monique Renne/Especial para o CB - 10/8/07



BANCO CENTRAL: OPERAÇÕES DE CURTÍSSIMO PRAZO REPRESENTAM R\$ 110 BILHÕES E BASTARIA RESGATÁ-LAS PARA MANTER LIQUIDEZ DO SISTEMA

# AS ARMAS DO BRASIL

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

As armas do governo para minimizar os efeitos da crise que sacode o mundo não se restringem à montanha de quase US\$ 160 bilhões em reservas cambiais. Na avaliação dos economistas, o país dispõe hoje de dois outros importantes instrumentos para evitar que o país sofra, de forma mais profunda, com as turbulências provocadas pela onda de calor do mercado imobiliário americano. O primeiro deles é a grande liquidez do sistema financeiro nacional.

Segundo o Banco Central, há cerca de R\$ 110 bilhões em operações de curtíssimo prazo com títulos públicos. Se, por acaso, o Brasil se deparasse com a restrição de recursos que travou os negócios dos bancos lá fora e obrigou os principais BCs do mundo a liberarem US\$ 370 bilhões em apenas três dias para evitar que-

bradeiras, bastaria o governo não renovar parte dessas operações de curtíssimo prazo que o sistema seria irrigado sem nenhum trauma ou solavanco.

O governo conta ainda com o chamado colchão de liquidez do Tesouro Nacional. São aproximadamente R\$ 130 bilhões que estão em caixa como garantia no caso de o governo não conseguir refinarçar as parcelas da dívida pública que vencem todos os meses. "Esse colchão é suficiente para garantir os vencimentos de 3,5 meses da dívida", calculou o economista João Paulo Brunet, do Banco Itaú. "Com esses recursos em caixa, o Tesouro consegue reduzir a volatilidade das taxas de juros e enfrentar os soluços do mercado sem sancionar juros muito elevados", acrescentou.

Segundo Brunet, o atual colchão de liquidez do Tesouro representa mais do que o dobro da disponibilidade de caixa de 2002 para enfrentar turbulências. Parte dos

R\$ 60 bilhões da época, por sinal, foi usada para superar as oscilações nas taxas de títulos públicos, que provocaram perdas significativas nos fundos de investimentos e levaram o BC a exigir que os bancos marcassem os papéis à valor de mercado. "Em maio de 2006, quando houve um estresse no mercado internacional, também o Tesouro recorreu ao colchão de liquidez para minimizar a volatilidade dos títulos públicos", frisou.

"Com certeza, o Brasil está melhor preparado para enfrentar os problemas externos. Há liquidez de sobra, as reservas cambiais estão em um patamar significativo, os bancos brasileiros estão sólidos, as empresas mais capitalizadas e não há necessidade de financiamentos vindos de fora", ressaltou Marco Franklin, sócio-diretor da Paraty Investimentos. "Mas isso não quer dizer que o país está totalmente imune a crises. Não há como fazer tal afirmação diante do que estamos vendo", emendou.

## AMERICANOS SE AJUSTAM

*A maioria dos bancos dos Estados Unidos já apertou seus critérios para conceder empréstimos no setor de hipotecas de alto risco (subprime), de acordo com pesquisa divulgada ontem pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). De acordo com a sondagem com funcionários das áreas de crédito dos bancos, 56,3% informaram que ajustaram suas regras. A menor demanda por hipotecas tradicionais foi confirmada por 38% dos bancos. Os dados mostram que as instituições estão respondendo à crise no setor de subprime com mais cautela.*

## PARA APPY, BRASIL NÃO É INVULNERÁVEL

Mais cauteloso que seu chefe, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o secretário de Política Econômica, Bernard Appy, disse ontem que ainda é cedo para se saber qual a dimensão e os impactos que esse período de turbulências no mercado de crédito internacional terão sobre a economia brasileira. Mantega tem reafirmado que o Brasil "tem bala na agulha" para enfrentar uma situação de crise externa. "O Brasil não é invulnerável, mas a situação econômica do país está muito mais sólida hoje", disse Appy.

O secretário de Política Econômica do governo, que participou de encontro com empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), admitiu que a economia brasileira está sujeita às mudanças no cenário internacional, mas que o impacto tende a ser bem menor do que foi no passado e não deve comprometer a trajetória de crescimento que vem se consolidando no país.

"Estamos muito mais preparados para absorver turbulências, sejam de natureza financeiras, sejam, inclusive, resultantes de uma eventual desaceleração da economia mundial como já tivemos no passado. Isso, se acontecer, não terá efeito muito significativo sobre o crescimento da economia brasileira", afirmou o secretário de

Política Econômica. Segundo ele, a preocupação do governo é manter a estabilidade da economia de forma a minimizar os impactos eventuais de mudanças no cenário internacional sobre o Brasil.